



PSD p.8

“Quando toca a lugares, o PS até muda a Constituição”



PSD p.10

“Estamos hoje mais fortes”

POVO LIVRE



nº 1868

25 de Março de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“PORTUGAL TEM UM RUMO”



PSD

DUARTE FREITAS
O LÍDER DA MUDANÇA
SOMOS AÇORES

ACORES

Sessão de encerramento do XXI Congresso do PSD-Açores

Expansão do Terminal XXI em Sines

Investimento de 40 milhões de euros cria 100 empregos

O Primeiro-ministro considera “bastante bom” o acordo alcançado com a concessionária do terminal de contentores do Porto de Sines, que permitiu um investimento privado de 40 milhões de euros e criar 100 empregos. Pedro Passos Coelho falava em Sines, no distrito de Setúbal, dia 16, no lançamento de uma nova fase de expansão do Terminal XXI. “Valeu a pena termos esta interação, durante todo este tempo, e ter chegado a um resultado que é, sem dúvida nenhuma, um resultado importante, até porque o Governo português continua a atribuir uma importância decisiva a todo o interface portuário em Portugal”, afirmou. O Primeiro-Ministro elogiou as negociações que decorreram, nos últimos meses, entre o Governo, a Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS) e a PSA Sines, concessionária do terminal de contentores, no âmbito da terceira fase de expansão desta infra-estrutura.

Aproveitamento das perspectivas mais favoráveis da economia internacional

Passos Coelho reafirmou que as previsões do Governo apontam para uma taxa de crescimento de 1,5 por cento em 2015, mas garantiu que serão aproveitadas eventuais perspectivas mais favoráveis da economia internacional. “As previsões que temos foram feitas num contexto um pouco diferente daquele que estamos a viver em termos internacionais, mas não deixaremos de aproveitar as oportunidades, mesmo que temporárias, que nos dão perspectivas melhores do que aquelas que estavam inicialmente previstas”, disse Pedro Passos Coelho.

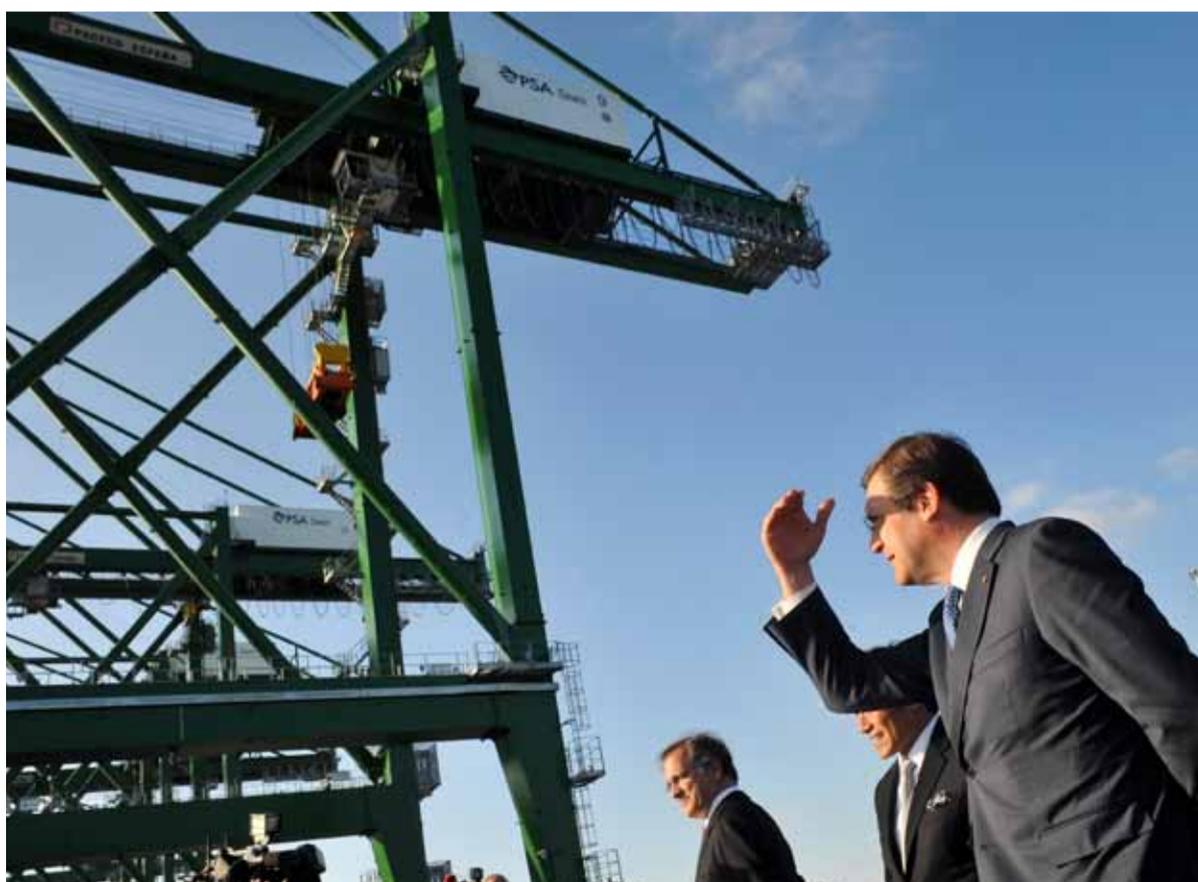
“O mais importante aqui não é saber se vamos crescer mais ou menos umas décimas. Se crescermos mais umas décimas, tanto melhor, mas o importante é a trajectória de logo prazo”, acrescentou Pedro Passos Coelho.

Passos Coelho lembrou que o país passou por um ajustamento da economia que teve um “custo social elevado” e que não se deve desviar dessa trajectória, colocando em causa os sacrifícios que foram feitos.

O Presidente da República afirmou também que a taxa de crescimento da economia portuguesa em 2015 poderá ser de 2 por cento devido à quebra do preço do petróleo e à depreciação do euro. “Em 2014, o crescimento económico foi de 0,9 por cento, sendo que a previsão para 2015 é de 1,5 por cento. Contudo, a recente quebra do preço do petróleo e a depreciação do euro poderão conduzir a uma revisão em alta da taxa de crescimento para 2015, para valores em torno de 2 por cento”, disse Aníbal Cavaco Silva, em Paris, perante o conselho da OCDE.

Confrontado com a alegada preocupação do Fundo Monetário Internacional com a alegada quebra de ímpeto reformista do governo português, Passos Coelho garantiu que não tem razões para temer a avaliação daquele organismo e reafirmou, também, a convicção de que o País atingirá os objectivos orçamentais em 2015 e que “sairá do procedimento por défice excessivo, ficando claramente com um défice abaixo dos 3 por cento”. “Em segundo lugar, mantemos a nossa expectativa de ter em Portugal um excedente externo mais ou menos em linha com o que estava programado, apesar de o mês de Janeiro não ter sido um mês tão bom como desejaria”, declarou, assegurando, no entanto, que a situação está a ser corrigida.

Em terceiro lugar, “o perfil mais competitivo, mais global, da economia portuguesa, continua a evidenciar



bons resultados, portanto, o que temos é de prosseguir este caminho”, acrescentou. “É o único caminho que nos permitirá continuar a baixar o desemprego, aumentar as oportunidades de emprego sustentável e ter uma recuperação da economia mais forte, que nos permita,

reduzindo o défice, ao mesmo tempo, com prudência, reduzir também a nossa dívida e ter custos de financiamento mais favoráveis para a economia portuguesa”, frisou o chefe do Governo.

Défice será inferior a 3 por cento em 2015

Portugal registará em 2015 um défice inferior a 3 por cento. No entanto, o Primeiro-Ministro alerta para a possibilidade de não se cumprir esse objectivo em 2016, caso as medidas extraordinárias do Governo sejam retiradas repentinamente. “Se nada disto [medidas extraordinárias] existir em 2016, então haverá tendência para que nós não cumpramos o objectivo de ter um défice inferior a 3 por cento e então poderemos vir a ter problemas, não com o crescimento da economia, que crescerá, mais até do que aquilo que o Governo tem previsto, mas podemos regressar a certos desequilíbrios macroeconómicos”, afirmou.

O Primeiro-Ministro, que falava num hotel do Algarve, dia 18, na conferência que assinala os 45 anos da Região de Turismo do Algarve (RTA), sublinhou que as perspectivas apresentadas num relatório do Conselho de Finanças Públicas (CFP) “são coincidentes com aquilo que o Governo apresentou”, o que “credibiliza” a sua proposta de cenário macroeconómico incluída no OE para 2015.

No relatório “Finanças Públicas: Situação e Condicionantes (2015 – 2019)”, apresentado hoje em Lisboa, os economistas do CFP estimam que o défice orçamental ficará abaixo dos 3 por cento em 2015, mas que, sem mais medidas, a partir de 2016 e até 2019, supere aquele limite definido pelas regras europeias.

Segundo Passos Coelho, para que isso não aconteça é fundamental, durante os próximos anos, “ter sempre novas medidas de política estrutural” que garantam que o país pode “continuar a crescer no futuro”. “Essa é a razão por que (...) tenho insistido que a remoção dessas medidas de carácter extraordinário deve ser progressiva (...) e nós, enquanto a fazemos, temos de ir adoptando medidas de reforma estrutural que nos permitam remover num par de anos todas essas medidas e não confirmar aquilo que é a proposta do Conselho de Finanças Públicas”.

Governo tem de avançar com reformas permanentes

À margem da conferência que assinala os 45 anos da Região de Turismo do Algarve, em Loulé, Passos Coelho insistiu que “a remoção das medidas extraordinárias tem de ser progressiva” e que, ao mesmo tempo, o Governo tem de avançar com reformas permanentes.

“Temos de ir adoptando medidas de reformas estruturais importantes, que nos permita remover num par de anos todas essas medidas e não confirmar aquilo que é a proposta do Conselho das Finanças Públicas, isto é, ter sempre novas medidas de política estrutural, que nos garantam que nós podemos continuar a crescer no futuro, a criar emprego no futuro, sem por em risco quer as nossas contas públicas quer a dívida externa do país”, afirmou Passos Coelho.

De acordo com o Primeiro-Ministro, esta promessa “é possível” e que, “para o comprovar”, apresentará o Programa de Estabilidade e Crescimento, já em Abril. “Aqueles que acham que todas as medidas restritivas que tomámos no passado apenas conduziram o país à recessão e a maiores dificuldades, terão grande dificuldade em explicar estas perspectivas”, disse.



Desestruturação da Líbia é ameaça à segurança internacional



O Primeiro-Ministro lembrou em Bruxelas que a “completa desestruturação da Líbia” constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais, e considerou “decisivo” um acordo para a formação de um governo de unidade nacional. No final de uma cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, dia 20, na qual foi abordada a situação na “vizinhança a sul”, com destaque para a situação na Líbia, Passos Coelho apontou que esta, “tal como as conclusões (do Conselho) reconhecem, é uma ameaça séria à paz e segurança internacionais”, e a UE está “disposta a participar ainda mais activamente no esforço de estabilização na Líbia, depois de ser encontrada uma solução de governo inclusiva”.

“A catástrofe humanitária que está associada à imigração no Mediterrâneo e os recentes episódios de terrorismo fundamentalista são também, em grande medida, consequências directas e indirectas da completa desestruturação da Líbia”, observou, razão pela qual sublinhou a importância da formação de um governo inclusivo.

Segundo Passos Coelho, “mesmo que não haja uma perspectiva de ter um acordo total entre todas as forças líbias que possam vir a integrar esse governo de unidade nacional, é decisivo pelo menos um acordo parcial”, que permita que “as partes mais representativas ou importantes possam estar na base de um governo que traga estabilidade e governabilidade à Líbia”, pois, sem que tal suceda, não haverá “nem controlo de fronteiras, nem resolução de problemas associados à segurança”.

O Primeiro-Ministro português referiu ainda que no primeiro dia do Conselho Europeu de Bruxelas, na quinta-feira, foi guardado “um minuto de silêncio em memória das vítimas do hediondo ataque terrorista”



em Tunes, na quarta-feira, que vitimou vários turistas europeus, e referiu que, ainda em Lisboa, enviou ao seu homólogo tunisino uma “mensagem de condolências e de solidariedade”.

Pedro Passos Coelho afirmou também que não ficou “nada incomodado” com a realização de uma ‘minicimeira’ sobre a Grécia, na quinta-feira à noite, que deixou de fora a maioria dos líderes europeus. No final de uma cimeira de dois dias em Bruxelas, Passos Coelho, ques-

tionado sobre a celebração de uma reunião solicitada pelo Primeiro-Ministro grego, Alexis Tsipras, e na qual participaram a chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente francês, François Hollande, além de líderes das principais instituições da União Europeia (EU), assegurou que não sente “nenhum incómodo” com o formato da reunião, criticado por diversos chefes de Estado e de Governo, que se sentiram excluídos.

Passos Coelho lembrou a propósito os encontros que



o próprio manteve à margem de um Conselho Europeu no final do ano passado (com Hollande e com o chefe de governo espanhol, Mariano Rajoy, além do presidente da Comissão Europeia), para tratar da questão das interligações energéticas entre a Península Ibérica e o resto da Europa, e que permitiram avanços, que levaram à celebração de uma cimeira em Madrid no início de Março.

Na quinta-feira à noite, após a conclusão do primeiro dia de trabalhos do Conselho Europeu, teve lugar uma 'minicimeira' sobre a Grécia, que juntou à mesa Tsipras, Merkel, Hollande, e os presidentes do Conselho, Donald Tusk, da Comissão, Jean-Claude Juncker, do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, e do Banco Central Europeu, Mario Draghi.

Da reunião saiu um curto comunicado, no qual é indicado que o Governo grego se comprometeu a apresentar uma lista específica de reformas nos próximos dias, estando o Eurogrupo "pronto" para se reunir assim que necessário. "No âmbito do acordo do Eurogrupo de 20 de Fevereiro de 2015, as autoridades gregas (...) terão que apresentar uma lista completa de reformas específicas nos próximos dias", lê-se na declaração conjunta, que refere ainda que, tal como acordado há um mês, as negociações políticas entre a Grécia e os credores continuarão a decorrer em Bruxelas, ao mesmo tempo que há reuniões técnicas em Atenas com vista à recolha de dados.

O acordo alcançado a 20 de Fevereiro no Eurogrupo (reunião que junta os ministros de Finanças da zona euro) permitiu estender o programa de resgate da Grécia até final de Junho, comprometendo-se então Atenas a apresentar e aplicar reformas com vista ao desembolso da última parcela do empréstimo, que ascende a 7.000 milhões de euros.

Portugal vai contribuir para fundo Juncker

O Primeiro-Ministro divulgou que Portugal contribuirá para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos através da banca e não directamente, faltando decidir o montante. "A contribuição financeira de Portugal será em moldes muito parecidos com os que foram anunciados por outros países, como a Espanha, a Itália, a França e a Alemanha", disse Pedro Passos Coelho, no final do Conselho Europeu. "Esses países decidiram que não apoiariam directamente, que não colocariam dinheiro directamente, não seriam accionistas desse fundo", sublinhou, em conferência de imprensa.

O presidente da Comissão Europeia voltou a apontar o projecto de interligações acordado entre Portugal, Espanha e França como uma boa iniciativa para garantir uma "livre circulação de energia", defendendo que deve ser seguido noutras regiões.

No final do primeiro dia do Conselho Europeu, e que foi dominado pela "União para Energia", Jean-Claude Juncker insistiu que esta é uma das grandes prioridades do seu executivo comunitário e sustentou que, ao lado das quatro liberdades fundamentais (livre circulação de pessoas, de mercadorias, de serviços e de capital), deve existir, ainda que não juridicamente, "uma quinta, a livre circulação de energia".

Apontando que, quatro meses após a sua Comissão entrar em funções, já apresentou o seu plano de acção para a criação de uma verdadeira União Energética, Juncker voltou a referir-se à cimeira celebrada em Madrid a 04 de Março, na qual participou juntamente com o presidente francês, François Hollande, e os chefes de

Governo de Portugal, Pedro Passos Coelho, e Espanha, Mariano Rajoy, para por fim ao isolamento energético da Península Ibérica.

Juncker assinalou que o projecto acordado - para garantir um mínimo de 10 por cento de interligações, de modo a que a Península Ibérica deixe de ser "uma ilha, um não território" em matéria de energia dentro da UE - será "complementado por outros projectos noutras regiões".

Os chefes de Estado e de Governo da UE aprovaram hoje o reforço dos projectos de interligações de electricidade e gás, que inclui um grupo de trabalho constituído por Portugal, Espanha e França para garantir a aplicação das metas decididas na Cimeira de Madrid.

Segundo as conclusões do primeiro dia da cimeira, os 28 líderes europeus chegaram a acordo para "acelerar os projectos de infra-estruturas de electricidade e gás" e a criação de grupos de trabalho regionais para monitorizarem os desenvolvimentos no terreno.

De acordo com fonte diplomática, o grupo de trabalho que irá monitorizar as interconexões entre Portugal, Espanha e França juntará representantes dos Estados-membros, dos reguladores e das operadoras, que no caso de Portugal é a REN - Redes Energéticas Nacionais.

Este grupo trabalhará em conjunto com a Comissão Europeia na identificação de projectos a desenvolver no âmbito das infra-estruturas energéticas e no seu financiamento e vem na sequência do acordo alcançado na cimeira de Madrid.

Os líderes da União Europeia (EU) saudaram esse acordo, considerando-o um "passo bem-vindo" no âmbito do reforço da união energética.

O Presidente do PSD no encerramento do XXI Congresso do PSD-Açores

“Portugal tem um rumo”

O presidente do PSD foi esclarecedor quando lembrou aquele que era o caminho preconizado pela oposição: se tivesse seguido outra estratégia no Governo, Portugal estaria como a Grécia, onde se fala em crise humanitária, e sublinhou que os “cofres vazios” do Estado custaram desemprego e sacrifícios. “Não podemos deixar de observar que foi justamente o caso político que seguiu a estratégia que os nossos adversários defenderam aquele que não consegue nem fechar a ajuda externa nem fechar a crise económica e social e que, de crise política em crise política, aparece dramaticamente a pedir ajuda e a falar em crise humanitária”, assinalou Pedro Passos Coelho, no encerramento do congresso do PSD-Açores, na Ribeira Grande, ilha de São Miguel, Domingo, 22 de Março.

Para o líder do PSD, a situação grega dá “uma boa pista” do estado em que estaria Portugal se o Governo tivesse dado atenção a quem reiteradamente, nos últimos três anos, condenou o executivo por insistir em cumprir o memorando da ‘troika’ e vaticinou que isso seria impossível de fazer ou arruinaria o país, reclamando outras vias, como a reestruturação da dívida, a renegociação do acordo com a ‘troika’ ou um pedido de “mais tempo e mais dinheiro”. “Agora há quem fique ofendido porque a ministra das Finanças disse que tínhamos os cofres cheios. Deviam ficar ofendidos de saber que quando cá chegámos [ao Governo] os cofres estavam vazios, não havia lá um tostão. Nessa altura sim, onde estão? Aham que é um insulto aos portugueses que estão desempregados dizerem que temos os cofres cheios. O que é que significou para os portugueses todos nestes anos ter os cofres vazios? Custou muito desemprego, muita medida difícil”, afirmou.

Passos Coelho sublinhou que esses sacrifícios não foram pedidos aos portugueses “para salvar os bancos”. “O meu Governo, o Governo do PSD, que não nacionalizou banco nenhum (...) Nós conseguimos assegurar a estabilidade financeira emprestando dinheiro aos bancos. Dinheiro que, em grande parte, já devolveram e com juros tão altos que não têm nenhuma vontade de voltar a pedi-lo”, recordou.

A este propósito, considerou o caso do BES, que surgiu já depois do fim do programa de ajustamento da ‘troika’ e “de todo esse esforço”, foi um “um martelo em cima da nossa cabeça”, que “lançou novamente uma dúvida sobre a estabilidade” do sistema financeiro português.

Referindo-se à comissão de inquérito constituída na Assembleia da República por causa da falência do BES, Passos Coelho disse que, em breve, se conhecerá com “pormenor a história que explica tudo isso”, mas assegurou que “não concluirão de certeza [os deputados] que o BES precisou de ser resolvido por causa da acção do Governo”. “E não terão com certeza nenhum membro do Governo a explicar na comissão de inquérito por que é teve de usar biliões de euros dos contribuintes para pagar dívidas de grupos privados”, acrescentou.

O presidente do PSD sublinhou que o sistema financeiro “é essencial” para a economia de qualquer país, a sua “estabilidade tem de ser preservada” e quem “comete erros nesse domínio tem de ser chamado à responsabilidade”. “O que nós queremos é que o sistema financeiro possa estar ao serviço dos bons projectos, das boas empresas, da exportação, que precisamos de aumentar, e não dos interesses dos accionistas quando querem ocultar as suas contas ou as suas responsabilidades”, expressou.

Numa intervenção de 50 minutos, Passos Coelho sublinhou que pretende ganhar as eleições deste ano, falando do país de 2015, não de como o encontrou em 2011, sublinhando que tem “um rumo”, que passa por continuar a corrigir os “desequilíbrios muito fortes” que





permanecem no país, em termos financeiros e sociais. Considerando que os portugueses sabem aquilo que tem feito e tenciona fazer, afirmou que é por isso que não sente necessidade de indicar uma data para apresentar o seu programa eleitoral.

Governo quer regime fiscal especial para porto da Praia da Vitória

O Primeiro-Ministro anunciou que vai “reclamar um tratamento fiscal diferenciado” a Bruxelas para o porto da Praia da Vitória, de forma a atrair investimentos à Terceira, na sequência da redução norte-americana nas Lajes. Em concreto, o Governo vai tentar “no palco europeu, encontrar todos os mecanismos, mesmo de natureza tributária, que possam ajudar a que uma vocação económica prática que possa nascer em torno do porto da Praia da Vitória e da ilha Terceira possa projectar para o futuro um investimento sustentável”.

O presidente considera que é necessária “uma resposta diferente e nova perante um problema que também é novo e diferente” e deixou um apelo para que se faça um debate na região autónoma em torno desta matéria. “O essencial não é reclamar um tratamento fiscal diferenciado, é saber em torno de quê”, afirmou, dizendo que essa definição de prioridades cabe, “evidentemente”, ao Governo Regional e ao Governo da República, mas também aos parceiros sociais, a todos os partidos e aos investidores privados, a quem pediu para darem os seus contributos e fazerem essa reflexão.

Passos Coelho disse que o país, ao longo de muitos anos, beneficiou da situação geoestratégica dos Açores para afirmar a sua posição no atlântico e no mundo e que a região autónoma continuará a ter um papel importante a este nível, no contexto do previsível alargamento da plataforma continental portuguesa.

Perante o anunciado corte do contingente dos EUA nas Lajes, Passos Coelho sublinhou ser preciso encontrar



formas de mitigar o efeito dessa decisão norte-americana no curto e médio prazo e destacou a cooperação que tem havido entre os governos nacional e regional (socialista), dizendo que ela tem de ser mantida, porque todos ganharão com isso.

Nesta visita aos Açores, Passos Coelho referiu-se também à liberalização das ligações aéreas entre a região e o continente, sublinhando que o Governo nacional, “em colaboração” com o regional, levantou uma das grandes restrições ao desenvolvimento do turismo nas ilhas. “Mas agora é muito importante não desiludir aqueles que procuram os Açores. Há aqui uma janela de oportunidade que tem de ser aproveitada”, afirmou, insistindo em que o arquipélago tem de ter uma “oferta adequada”, em termos turísticos, culturais e de outros serviços que “ou entretanto se organiza e se prepara ou, se não existir, acabará por frustrar as expectativas”.

Para Pedro Passos Coelho, o turismo pode ser a “mola impulsadora de uma recuperação mais forte que os Açores precisam de conhecer” e lembrou que também

este ano, ainda em “termos nacionais”, o PSD deu um outro contributo para tornar mais optimista o “horizonte dos Açores” ao permitir a diminuição dos impostos no arquipélago. “Os Açores têm a possibilidade hoje de aprofundar e rasgar um horizonte de maior esperança e confiança no futuro, para poderem atingir um nível de bem-estar e de realização superior àquele que têm hoje”, considerou, dizendo que confia muito naquilo que o presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, “tem vindo a fazer neste capítulo”.

Passos Coelho elogiou “a renovação importante” que Duarte Freitas “tem vindo a fazer” no PSD dos Açores desde há dois anos, trazendo “caras novas”, mas também “ideias novas”, considerando que o líder social-democrata regional está a “trabalhar em projectos ambiciosos, em linhas de desenvolvimento para os Açores, que são importantes para a sociedade açoriana”. “Como presidente do PSD, saio daqui de alma lavada por saber que aqui se está a trabalhar bem para poder merecer o futuro e trazer mais progresso e mais esperança aos açorianos”, finalizou.

Marco António Costa em Pombal

“Quando toca a lugares, o PS até muda a Constituição”



O porta-voz do PSD, Marco António Costa, acusa o PS de oportunismo e de falta de credibilidade. “Quando toca a lugares, o Partido Socialista, se for necessário, até muda a Constituição”, referindo-se à proposta do PS de alterar o modelo de designação do governador do Banco de Portugal (BdP). “Há princípios que não podem ser subjugados, nem alterados só porque há uma certa ansiedade dos partidos da oposição”, acrescentou Marco António Costa, em Pombal, distrito de Leiria, na sessão de encerramento das jornadas da JSD “Portugal nas tuas mãos”, dia 18.

O secretário-geral do PS anunciou que os socialistas vão propor que o próximo governador do Banco de Portugal seja nomeado por decreto do Presidente da República, sob proposta do Governo e com audição obrigatória no Parlamento. António Costa lançou esta proposta no seu discurso de encerramento das Jornadas Parlamentares do PS, que decorreram em Gaia.

O coordenador do PSD adiantou que, “após poucos meses” de ter havido a oportunidade de todos os partidos apresentarem propostas de revisão constitucional, o PS agora “aparece a correr para apresentar um projecto de revisão constitucional relâmpago no sentido de poder alterar o método de escolha do governador do Banco de Portugal”.

Garantindo que o PSD está disponível para discutir “tudo em Portugal” e conversar “com todos os partidos sobre matérias que são centrais para o futuro do país”, o dirigente salientou que os sociais-democratas não estão disponíveis “para andar a brincar às revisões constitucionais”, matéria que, considera, não é “central na vida dos



portugueses”. “Andar a servir, exclusivamente, pequenos caprichos com propostas de revisão constitucional que a única coisa que visam é encobrir a incapacidade de um partido de ter uma proposta concreta para o país, nós não estamos disponíveis”, frisou.

Marco António Costa desafiou o PS “a apresentar o que pensa sobre a estratégia orçamental, sobre o respeito do pacto orçamental, sobre o futuro relativamente às reformas que o país precisa”, insistindo que o PSD não está disponível para “participar em processos e em episódios de fuga para a frente para encobrir a incapacidade desse partido em apresentar propostas estruturais para o futuro de Portugal”.

O porta-voz do PSD referiu-se ainda às jornadas parlamentares do PS, considerando que a primeira intervenção de abertura “por parte do líder da bancada socialista foi a atacar os deputados do PS que, pelos vistos, desejavam sangue e ele não estava disponível para fazer sangue”.

Para Marco António Costa, o PS é “um partido ansioso por discutir lugares, mas é um partido sem nenhum tipo de ansiedade para apresentar propostas concretas para o futuro”, pois “inicialmente era no mês de maio, adiou para Junho, esperem que seguramente” se chegará ao verão “sem conhecer essas propostas”.

PSD desafia António Costa a falar da descida do desemprego

O vice-presidente do PSD desafiou o líder do PS a fazer “um pequeno intervalo na sua política de casos e de casinhos” e a abordar o “tema central” do desemprego, lembrando que está a diminuir. À margem do XXI Congresso do PSD/Açores, São Miguel, dia 22, Marco António Costa, numa referência aos mais recentes números do desemprego, o dirigente do PSD revelou que estes dados não têm merecido por parte de António Costa uma atenção que “era indispensável”, acrescentando que o líder socialista também se deveria congratular por haver menos 100 mil portugueses inscritos nos centros de emprego, dos quais, 17 mil são jovens “e que têm encontrado postos de trabalho”, o que é “muito importante e relevante para o país”.

“Nós conhecemos ontem [sexta-feira], ao final do dia, os números do desemprego e não são números quaisquer. São números muito relevantes, porque comparativamente com Fevereiro de 2014, nós temos menos cerca de 100 mil pessoas inscritas nos centros de emprego, do que em 2014, dos quais cerca de 17 mil são jovens e, portanto, uma quebra de quase 17% do desemprego jovem face a 2014”, afirmou.

“Julgo que estes três números são números muito relevantes. São números que provam que a política económica e a estratégia que o Governo seguiu nos últimos anos está a produzir efeitos e os efeitos resultam favoravelmente para os portugueses”, sustentou o porta-voz do PSD.

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego do continente e das regiões autónomas atingiu as 604.314 pessoas em Fevereiro, uma queda de 13,8 por cento em termos homólogos, segundo dados oficiais divulgados na sexta-feira.

Quando falou perante os congressistas do PSD/Açores, Marco António Costa voltou ao tema e considerou que “o presente hoje é fantástico”, porque a descida do número de desempregados, as mais baixas taxas de juro da dívida pública da história ou o crescimento económico deixaram de ser notícia e os jornalistas já não o questionam sobre estes assuntos.

“De há um ano e meio para cá, banalizou-se de forma completa e absoluta as boas notícias do desempenho da nossa economia”, insistiu.

No entanto, vincou que o PSD não terá “sossego” enquanto houver um português no desemprego e reiterou que o programa eleitoral do partido para as eleições deste ano terá como prioridade o emprego e as políticas sociais, pretendendo “lançar mão” da “alavanca” da economia social.

Em relação aos Açores, lamentou que o desemprego tenha crescido em Fevereiro, ao contrário do resto do



país, e garantiu que o programa eleitoral dos social-democratas terá contributos das estruturas do PSD das regiões autónomas.

Ainda assim, referiu que por mérito do actual líder do PSD/Açores, Duarte Freiras, pelo “bullying” que fez sobre o Governo da República e os órgãos nacionais do partido, os açorianos verão em breve os seus impostos

baixar e terão ligações aéreas ao continente liberalizadas.

Fazendo uma comparação com o impacto que teve no Porto a entrada das ‘low cost’, Marco António Costa mostrou-se convencido de que as mudanças nos voos para os Açores levarão ao crescimento da economia e à criação de emprego no arquipélago.

José Matos Rosa no XXI Congresso Regional do PSD-Açores

“Estamos hoje mais fortes”

Discursando na sessão de abertura do XXI Congresso do PSD-Açores, dia 20, o secretário-geral do PSD sublinhou a importância desta estrutura na história do Partido Social Democrata. “Gosto muito dos Açores e reconheço o papel distinto que o PSD Açores teve na história do PSD nacional”, referiu, destacando o empenho do actual presidente do PSD-Açores. “Quem melhor do que Duarte Freitas para interpretar este novo tempo, pela sua juventude e pela sua experiência, pela sua atitude e coragem. Pelo seu empenho em fortalecer o partido, abrindo sedes novas, fazendo novos militantes, abrindo o partido aos açorianos”.

Referindo-se à situação política nacional, José Matos Rosa assinalou os sinais positivos visíveis na economia. São os resultados do trabalho e empenho do Governo Português na recuperação de Portugal. “No continente ou votam em quem está a resolver o problema – o país está a crescer e o desemprego a diminuir – ou votam nos que deixaram o país de tal forma mal que todos tivemos que sofrer para o recuperar”.

No sábado, 21 de Março de 2015, o secretário-geral marcou presença na sessão comemorativa do 40º Aniversário do Partido Social Democrata de Vila do Conde. Matos Rosa evocou a militância social-democrata nas últimas quatro décadas. “É com orgulho e sentida emoção que estou aqui convosco (...) por estar a partilhar este momento de união e de festa e em que se presta também homenagem a companheiros com quatro décadas de militância entusiasta e activa”. “Obrigado por tudo quanto fizeram por Portugal e não-de-continuar a fazer para que o PSD continue a ser o Partido que melhor interpreta os genuínos sentimentos dos Portugueses”, disse.

O secretário-geral do PSD destacou ainda a responsabilidade do Partido Socialista pelo estado do país deixado em 2011. “Os portugueses conhecem bem a história recente e sabem que não fomos nós, sociais-democratas, quem deixou Portugal à beira da bancarota, sem dinheiro para pagar reformas e ordenados: foi o Partido Socialista”.

O facto de ter sido, mais uma vez, o PSD a recuperar a autonomia financeira de Portugal foi também recordado por José Matos Rosa. “Fomos nós, sociais-democratas, quem pagámos a dívida deixada pelos socialistas e fomos nós, sociais-democratas, quem resgatámos a soberania financeira de Portugal e iniciou um novo ciclo de crescimento económico sustentável.”

José Matos Rosa concluiu que Portugal está agora no caminho certo para conseguir atingir um futuro próspero e de esperança para as próximas gerações. “Manter o défice das contas públicas, abaixo dos 3 por cento, não é apenas uma meta da actual maioria, é um desígnio nacional. Estamos hoje mais fortes e a iniciar uma trajectória de crescimento”.



Jorge Moreira da Silva

O PSD nunca perdeu o seu espírito crítico

Na quarta-feira, 18 de Março de 2015, o 1º vice-presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata deslocou-se à Amadora, onde participou na primeira sessão do ciclo de conferências “Construir o Futuro”. Jorge Moreira da Silva começou a sua intervenção por destacar o papel que o PSD tem tido no desenvolvimento do país. O Partido Social Democrata não se limitou apenas a pensar unicamente no seu programa eleitoral, mas sim em Portugal e nos portugueses. “Importa sublinhar que o PSD nunca perdeu espírito crítico e nunca deixou de pensar além do programa de Governo”, disse.

Sobre os sinais positivos que já são notáveis na Economia Portuguesa, Jorge Moreira da Silva salientou o facto dos indicadores de confiança dos consumidores portugueses terem “atingido os níveis mais altos desde o ano de 2002”.



“Depois de três anos de reformas exigentes temos noção de que o caminho que foi realizado permite-nos agora pensar num futuro próspero e de esperança”, referiu.

Para o vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD, “o grande desafio agora é saber qual a estratégia para o Crescimento e para o Emprego”. “Este é o momento em que vários partidos têm obrigação de apresentar qual a sua estratégia”, afirmou.

Mas em relação à “estratégia” que o principal partido da oposição tem vindo a seguir, Jorge Moreira da Silva

foi claro: “Confundir crescimento com endividamento é persistir no erro do passado. Portugal já experimentou esta estratégia na anterior governação. Endividámo-nos a um ritmo de 10 por cento ao ano e nem assim conseguimos crescer”.

“Temos de olhar além da conjuntura, do défice e da dívida porque não deixa de ser muito curioso que a esquerda portuguesa sempre que é convocada para apresentar a sua alternativa não consegue apresentar nenhuma que não passe por estes temas”, observou.

Governo acusa oposição de eleitoralismo nas críticas à privatização da EGF

Jorge Moreira da Silva acusou o PS de “andar a reboque” do PCP nas críticas ao processo de privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) por motivos eleitoralistas. “Temos visto nos últimos dias o senhor Bernardino Soares [presidente da Câmara de Loures] a liderar este processo [de oposição] e o Partido Socialista a seguir diligentemente. Trata-se de uma tentativa desesperada de manter o tema activo e animado até às eleições”, declarou o ministro, no Parlamento, 20 de Março.

Em causa está o processo de alienação do capital estatal da EGF, uma sub-holding do grupo Águas de Portugal responsável pela recolha, transporte, tratamento e valorização de resíduos urbanos, através de 11 empresas de norte a sul do país.

Jorge Moreira da Silva defendeu o processo de privatização, argumentando que vai “reforçar o serviço público” e gerar “metas ambientais mais ambiciosas” e criticou a oposição que tem sido feita pelos municípios.

“Foi um processo transparente e muito competitivo. Todas as tentativas até agora para o travar foram goradas. Nenhuma providência cautelar teve êxito”.

Moreira da Silva insistiu na ideia de que “houve sempre diálogo com as autarquias”: “Certamente que não foi por ausência do diálogo. Aliás, até foi a ANMP que formulou, junto do Governo, uma proposta de reforço de serviço público”.

A oposição ao processo de privatização deve-se a “preconceitos ideológicos daqueles que acham que o Estado deve continuar a fazer tudo” e por medo de alguns autarcas de “perderem verbas” que estavam afectas às facturas de resíduos. “Nada justifica esta litigância. A não ser por eleitoralismo ou pelo facto de alguns municípios perderem algumas rendas que eram excessivas”.



Tesouro português está preparado para satisfazer todos os compromissos

A ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, afirmou na quarta-feira, dia 18, que o país tem “cofres cheios”, para honrar os seus compromissos na eventualidade de surgirem perturbações no funcionamento do mercado. “[A dívida pública] está, de facto, ainda muito elevada(...). Mas hoje, quando olhamos para a dívida pública, está lá tudo e está também o conforto de saber que, para além disso, temos cofres cheios para poder dizer tranquilamente que se alguma coisa acontecer à nossa volta que perturbe o funcionamento do mercado, nós podemos estar tranquilamente durante um período prolongado sem precisar de ir ao mercado, satisfazendo todos os nossos compromissos”, garantiu Maria Luís Albuquerque.

Em Pombal, distrito de Leiria, na sessão de encerramento das jornadas da JSD “Portugal nas tuas mãos”, a governante afirmou que esta situação permite o pagamento de salários, de pensões ou fazer os reembolsos da dívida, “mantendo tudo a funcionar sem perturbação”. “E isso é uma parte que também contribui para os números da dívida, mas é uma parte que está posta de lado e que nos permite gerir com tranquilidade tudo aquilo que vai acontecendo”, afirmou a ministra, adiantando que quando quem está de fora olha para Portugal vê um país que “num período de quase quatro anos efectivamente conseguiu dar a volta”.

Numa plateia maioritariamente constituída por jovens, que lhe dirigiram diversas questões sobre variados assuntos, uma das quais sobre a natalidade, Maria Luís Albuquerque declarou que “aquela altura ideal em que é tudo perfeito e tudo óptimo e que é o momento ideal para ter filhos não vai aparecer”.

Reconhecendo que “há pessoas que gostariam de ter mais filhos e não podem objectivamente porque não têm condições, para a governante “a verdade é que havendo condições razoáveis eles criam-se e compensa”.

“Independentemente dos benefícios e dos estímulos e do interesse que temos em estimular isso, vocês que são jovens, multipliquem-se”, desafiou, o que motivou do público uma salva de palmas.

Quanto à probabilidade da saída da Grécia do Euro, “essa questão se calhar menos do que possa parecer é uma questão que deve ser colocada à Grécia”, referiu. “Verdadeiramente, quem tem a decisão nas mãos sobre se quer ou não quer ficar no Euro é a Grécia. As regras são conhecidas, mas não são conhecidas de agora, são conhecidas desde quando entraram em 2002”, observou, salientando que estas “são desenhadas para nos proteger a todos”.



Portugal e Guiné-Bissau retomam cooperação técnico-militar

Portugal e a Guiné-Bissau vão retomar a cooperação técnico-militar com base num acordo assinado dia 17, na capital guineense pelos dois governos. O ministro da Defesa português, José Pedro Aguiar-Branco, fez votos para que os dois países caminhem “de mãos dadas”, sem “passos para trás”, ideia apoiada também pela ministra da Defesa da Guiné-Bissau, Cadi Seidi.

Um desejo em comum expresso numa altura em que o país ainda está a recuperar da grave crise provocada pelo golpe de Estado militar de 2012 - que afastou os parceiros internacionais da Guiné-Bissau e deixou graves mazelas económicas e sociais.

Portugal e o Estado guineenses retomaram o diálogo e as relações diplomáticas em pleno, no último ano, depois das eleições gerais que repuseram a norma constitucional.

O acordo assinado pelos titulares da pasta da Defesa prevê o destacamento de dois assessores militares portugueses para a Guiné-Bissau por forma a apoiar “a reforma da estrutura superior das Forças Armadas guineenses”.

Ao mesmo tempo, esta equipa vai “identificar os projectos mais relevantes a serem incluídos no programa quadro” a assinar ainda este ano, para vigorar até 2017.

Simultaneamente e ainda antes da assinatura do programa quadro, o acordo prevê três acções prioritárias para “dar resposta imediata às mais urgentes necessidades de apoio às Forças Armadas da Guiné-Bissau”.

Uma delas consiste na reactivação do programa de ensino militar em Portugal (PEMPOR), “com a abertura de vagas gratuitas nas instituições de ensino militar, já no próximo ano lectivo”.

Portugal vai ainda oferecer a Bissau dois botes pneumáticos, com motores e restantes acessórios, para reforçar as capacidades da Marinha da Guiné-Bissau.

Um terceiro ponto consiste no envio de uma assessoria temporária de engenheiros militares para identificar e avaliar as necessidades de reconstrução de infra-estruturas das Forças Armadas Guineenses.

Em paralelo com a agenda de José Pedro Aguiar-Branco, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal, general Pina Monteiro, manteve um encontro com o homólogo guineense, Biagué Nan Tan.



Portugal devolve 22% por cento do empréstimo ao FMI

Portugal devolveu 6,6 mil milhões de euros ao Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo concluído o primeiro pagamento antecipado do empréstimo pedido à instituição ao abrigo do resgate financeiro, anunciou o IGCP.

Em comunicado emitido, dia 19 de Março, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) refere que “concluiu o primeiro pagamento antecipado do empréstimo do FMI a Portugal”, num montante de 5,108 mil milhões de SDR, a bolsa de moedas em que os empréstimos do Fundo são calculados, e que equivale a cerca de 6,6 mil milhões de euros.

A instituição liderada por Cristina Casalinho informa ainda que esta devolução antecipada, realizada nos dias 13, 16 e 18 de Março, corresponde a 22 por cento do empréstimo total do FMI a Portugal. A 21 de Janeiro, a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, anunciou no Parlamento que Portugal iria proceder ao pagamento antecipado do empréstimo contraído ao FMI durante o resgate financeiro do país, uma vez que o Estado acumulou “um montante de reservas de liquidez muito significativo” que permite “enfrentar com muita tranquilidade” eventuais dificuldades futuras.

O Governo prevê devolver ao Fundo, ao longo dos próximos dois anos e meio, 14 mil milhões de euros do pacote total de 26 mil milhões de euros pedidos à instituição durante o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

Conselho de Ministros de 19 de Março de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que altera o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, bem como o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e o regime jurídico das entidades intermunicipais e do associativismo autárquico.

São ainda feitas alterações ao regime jurídico da recuperação financeira municipal, que regulamenta o Fundo de Apoio Municipal, e ao regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior.

Esta proposta de lei visa proceder à clarificação, reforçando o princípio da certeza e segurança jurídicas, da aplicação e interpretação dos diplomas que promoveram um conjunto de reformas no sector da administração local, com resultados muito positivos, quer no domínio do ajustamento estrutural do sector autárquico, quer no equilíbrio e sustentabilidade financeiros do sector local.

Ainda num reforço da transparência, aperfeiçoa-se o enquadramento das régies-cooperativas, aplicando-se generalizadamente o regime aplicável às empresas locais.

Clarifica-se também o regime em sede de IRC nas operações de dissolução, fusão e transformação de empresas realizadas ao abrigo do regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais (RJAEL).

Na senda do reforço do intermunicipalismo, clarifica-se no RJAEL que os serviços intermunicipalizados podem ser criados não apenas por um conjunto de municípios mas também por entidades intermunicipais, assim como se permite que estas tenham como objecto a organização e funcionamento de unidades de serviços partilhados dos respectivos municípios.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que, transpondo uma directiva da União Europeia, estabelece o regime jurídico da emissão e transmissão entre Portugal e os outros Estados-Membros da União Europeia de decisões que apliquem medidas de protecção à vítima.

Trata-se de medidas adoptadas com o objectivo de proteger uma pessoa contra um ato criminoso de outra pessoa que possa colocar em perigo a sua vida, integridade física ou psicológica, dignidade, liberdade pessoal ou integridade sexual, permitindo dar continuidade à protecção no espaço da União Europeia na sequência de uma conduta criminosa.

3. O Conselho de Ministros aprovou o Programa Integrado de Promoção da Excelência em Investigação Médica.

Trata-se de um programa de acção que contempla uma actuação transversal e integrada em diferentes componentes do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, de forma a contribuir para a preparação de uma nova geração de médicos investigadores com capacidade para desenvolver no tecido científico nacional a área da investigação clínica.

A concretização destes objectivos implica uma política de incentivos dirigida, por um lado, à valorização curricular da componente de investigação na formação médica pós-graduada, por outro, às próprias instituições de saúde, instalando nelas uma cultura de estímulo a actividades de investigação.

O Programa Integrado de Promoção da Excelência em Investigação Médica é assegurado por financiamento público, através do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Ciência aberto a financiamento privado.

4. O Conselho de Ministros aprovou duas propostas de lei relativas aos estatutos da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Enfermeiros, conformando as respectivas normas estatutárias ao novo regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

5. O Conselho de Ministros aprovou a criação do Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde (SiNATS), que integra todas as entidades públicas e privadas na área da saúde.

O SiNATS tem com o objectivo uma mudança de paradigma no modo de utilização e aquisição das tecnologias de saúde, nomeadamente medicamentos e dispositivos médicos, contribuindo para a obtenção de ganhos em saúde e em harmonização com outros sistemas europeus que visam atingir o mesmo objectivo.

Este sistema irá permitir que as tecnologias de saúde sejam objecto de avaliação e reavaliação num contexto integrado e com recurso preferencial à fixação de objectivos através de contratos com os titulares das autorizações.

O SiNATS está em linha com as melhores práticas europeias e constitui um importante passo no sentido de melhorar o funcionamento do sistema de saúde nacional.

6. O Conselho de Ministros aprovou as disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo uma directiva da União Europeia relativa à eficiência energética.

Entre 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2020 devem ser alcançadas, em cada ano e de forma cumulativa, novas economias de energias que ascendam a 1,5%, sobre a média das vendas anuais de energia aos consumidores finais, por parte de todos os distribuidores de energia ou de todas as empresas de venda de energia a retalho, verificadas nos anos de 2010, 2011 e 2012, com exclusão da totalidade das vendas de energia utilizada nos transportes e nas actividades sujeitas ao regime de Comércio Europeu de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (CELE).

No âmbito da actividade da produção em cogeração, o regime remuneratório geral passa a dividir-se em duas submodalidades: uma que permite a injeção total ou parcial da energia produzida na rede eléctrica de serviço público; e outra que pos-

sibilita o autoconsumo da referida energia, beneficiando, nas instalações de cogeração com potência eléctrica instalada inferior ou igual a 20 MW, de compra garantida da excedente pelo comercializador de último recurso.

7. O Conselho de Ministros aprovou a actualização da Agenda Portugal Digital, reforçando o seu alinhamento com as prioridades estabelecidas na Agenda Digital para a Europa, na Estratégia Europa 2020, tendo em vista assegurar a convergência com o período de execução do Acordo de Parceria, Portugal 2020.

8. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do quadro legal dos fundos de sindicância de capital de risco (FSCR) e a alteração do Finova, Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, no sentido de conformar os respectivos regimes de aprovação anual de contas ao calendário de aprovação de contas das entidades em que detêm participações.

9. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico aplicável aos mercados locais de produtores, cumprindo o Programa do Governo que prevê a criação de mercados de proximidade, promovendo o desenvolvimento dos produtos locais e do consumo local.

Os sistemas agro-alimentares locais estimulam a economia local e promovem a interacção social entre as comunidades rural e urbana, desempenhando funções que beneficiam os produtores, os consumidores, o ambiente e a economia local.

10. O Conselho de Ministros aprovou a exclusão de 320 hectares da área florestal pertencente à Mata Nacional do Ribeiro do Freixo, para disponibilização na bolsa nacional de terras.

Em paralelo, é submetida ao regime florestal a área de 67,578 hectares, pertencente à Mata da Margarça, que passa a constituir a Mata Nacional da Margarça.

11. O Conselho de Ministros aprovou a reestruturação do Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA).

Esta decisão tem como objectivo garantir a elaboração do inventário nacional de emissões antropogénicas por fontes e remoção por sumidouros de poluentes atmosféricos (INERPA), de acordo com os requisitos e directrizes comunitárias e internacionais relevantes, nomeadamente tendo em conta o princípio do custo-eficiência.

Com esta reestruturação procura-se assegurar a coerência, a comparabilidade e o rigor das estimativas efectuadas.

12. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa relativa à adjudicação da prestação de serviços aéreos regulares para o transporte de carga aérea e correio, em regime de concessão, na rota Lisboa-Terceira-Ponta Delgada-Lisboa ou Lisboa-Ponta Delgada-Terceira-Lisboa, pelo período de três anos.

O montante máximo de despesa autorizado é de cerca de 8,4 milhões de euros e a selecção da transportadora aérea, adjudicatária da concessão daqueles serviços, será feita com recurso ao procedimento pré-contratual de concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Refira-se que esta adjudicação só ocorrerá caso nenhuma transportadora aérea da União Europeia pretenda dar início à prestação de serviços aéreos regulares sustentáveis, para o transporte de carga aérea e correio, sem contrapartida financeira, e de acordo com as obrigações de serviço público impostas para a mesma rota.

13. O Conselho de Ministros autorizou o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ), a realizar a despesa relativa à renovação do software e a novos licenciamentos.

O montante máximo autorizado é de cerca de 6,55 milhões de euros e os encargos financeiros decorrentes dessa aquisição são satisfeitos pelas verbas inscritas no orçamento de 2015 do IGFEJ.

14. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal, de forma a adequar as opções do plano para o espaço de recreio e lazer da referida albufeira, mantendo a capacidade de carga estipulada e a área de ocupação delimitada na respectiva planta de síntese.

15. O Conselho de Ministros aprovou a extinção da servidão militar constituída sobre a área de terreno confinante com o prédio militar n.º 8 Figueira da Foz - Quartel da Lapa, por já não se verificarem as razões que levaram à imposição dessas condicionantes.

16. O Conselho de Ministros aprovou a designação de um vogal executivo da comissão directiva da autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Norte, proposto pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, e um vogal não executivo da comissão directiva da autoridade de gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa, em substituição do anterior vogal.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas designações.

17. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E., assegurando-se a continuidade de funções de dois dos actuais cinco membros deste órgão.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas designações.

18. O Conselho de Ministros aprovou, ao abrigo da Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, a substituição do representante nacional na comissão bilateral para o desenvolvimento da cooperação quanto a bens da Igreja que integrem o património cultural português.

PSD recusa proposta socialista de revisão constitucional

O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, recusa a proposta de revisão constitucional apresentada pelo PS para alterar o modelo de nomeação do governador do Banco de Portugal (BdP), cujo mandato termina em Junho deste ano. “No caso que nos coloca, somos do entendimento que não se manifesta adequado, a seis meses do término da legislatura, abrir um processo de revisão constitucional com vista a uma alteração tão pontual que, aliás, a ser ponderada, deve abrir-se em conjunto com outros processos de designação de igual ou semelhante relevância”, refere o deputado, na resposta enviada ao líder da bancada do PS.

Na carta enviada a Ferro Rodrigues, Luís Montenegro recorda que a “matéria em apreço” já foi proposta pelo PSD. “Não apenas no que concerne à nomeação do Governador do Banco de Portugal, como à nomeação de titulares de órgãos de outras entidades e organismos públicos de particular relevância”, salienta Luís Montenegro.

O líder bancada parlamentar do PSD lembra também que “há questões” que o PSD considera que merecem “relevo constitucional”, nomeadamente a “regra de ouro”, que visa inscrever na lei fundamental um limite para a dívida pública. “Foi, nessa circunstância, a intransigência do Partido Socialista que inviabilizou o compromisso ao nível da Constituição”, afirma.

Na missiva, Luís Montenegro destaca a “mudança de atitude política” do grupo parlamentar do PS, considerando que os socialistas abandonaram a “recente proclamação da sua liderança partidária de indisponibilidade para compromissos antes da realização de eleições legislativas”.

O PS pediu “sentido de urgência” aos partidos com representação parlamentar para que se pronunciem sobre a sua proposta de alterar o modelo de nomeação do governador do Banco de Portugal, cujo mandato termina em Junho. Esta posição foi transmitida pelo deputado socialista (e presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças) Eduardo Cabrita, depois de o secretário-geral do PS, António Costa, ter proposto no sábado passado que o novo governador do Banco de Portugal passe a ser nomeado por decreto do Presidente da República, sob proposta do Governo e após audição obrigatória no Parlamento.

O líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, também respondeu ao líder parlamentar do PS, Ferro Rodrigues, recusando a proposta de uma revisão constitucional cirúrgica incidindo sobre o estatuto do Banco de Portugal. “Tal revisão, na parte final da actual legislatura, do mandato do senhor governador do Banco de Portugal e de sua Excelência o senhor Presidente da República, poderia suscitar dúvidas relativamente à bondade e às reais intenções deste processo”, argumenta Nuno Magalhães, sublinhando que faltam cerca de quatro meses para o final da legislatura.



Deputados reuniram com a Administração Regional de Saúde do Norte



Os deputados do PSD eleitos pelo Porto reuniram com o Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-Norte), com o intuito de avaliar os “trabalhos” pendentes do distrito, em matéria de saúde. No encontro, o presidente da ARS-Norte, Álvaro Almeida, anunciou ao grupo de deputados social-democratas o lançamento de novos concursos, a partir de Abril, para a contratação de 70 a 80 médicos de família como resposta às necessidades assinaladas no Baixo Tâmega.

De acordo com as informações do Conselho Directivo da ARS-Norte, decorrem as negociações para novos protocolos com as Misericórdias de Felgueiras e Marco de Canaveses - que contemplam a possibilidade do alargamento de serviços, nomeadamente de consultas e pequenas cirurgias.

Na reunião, foi ainda comunicado aos deputados que foram já lançadas as obras para a abertura de dois novos centros de saúde no distrito, um na Batalha, no Porto, e o segundo em Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia. Foi também referido que, a curto prazo, será iniciado o processo de reconstrução do Centro de Saúde de S. Martinho do Bougado, na Trofa.

Os deputados sociais-democratas questionaram ainda a ARS-Norte sobre o atraso na abertura da Unidade de Saúde Familiar (USF) de S. Martinho do Campo, em Santo Tirso, que vai servir cerca de 15.000 utentes.

O presidente da ARS-Norte esclareceu que, desde o dia 9 de Fevereiro, a Câmara Municipal de Santo Tirso recebeu uma proposta de protocolo para analisar e assinar, para que a USF seja aberta à população.

Os deputados do PSD do Porto revelaram-se confiantes com os avanços dos dossiers em análise, congratulando-se pelo facto de cerca de 96 por cento dos utentes do distrito ter médico de família.

Compromisso de Duarte Freitas no XXI Congresso Regional do PSD-Açores

Retirar 40 mil pessoas da pobreza

O líder do PSD/Açores comprometeu-se em retirar 40 mil pessoas da pobreza em 10 anos, caso vença as eleições regionais de 2016. No encerramento do congresso social-democrata, Duarte Freitas apresentou várias medidas e mostrou-se confiante numa mudança de governo no arquipélago.

O líder do PSD/Açores lamentou que os açorianos estejam a ser “tão mal governados”, mas o PSD está preparado “para liderar a mudança de que os Açores precisam”. “Nunca fomos tão mal governados na região como no momento presente. A mudança é precisa e nós somos a mudança”, disse Duarte Freitas, na abertura do XXI Congresso Regional, dia 20.

Para Duarte Freitas, o “descalabro socialista” nos Açores, resultado de 20 anos de governação pelo PS, está patente “na maior taxa de desemprego do país”, nos “piores resultados escolares em Portugal”, no “aumento assustador das taxas de risco de pobreza”, nas dificuldades das empresas públicas ou nos “graves problemas de coesão interna”, mas também num governo “que quer controlar os empresários” e “condicionar a sociedade civil”. “Hoje, a democracia está ameaçada nos Açores” e “não são as tendências absolutistas e totalitaristas do PS que vão dar futuro” à região, sublinhou Duarte Freitas, vincando por diversas vezes que o PSD está preparado para assumir o Governo dos Açores e já deu provas de ter “soluções” e de ser “alternativa”.

“A uma má governação temos respondido com uma boa oposição”, sublinhou Duarte Freitas, dizendo que o PSD é o partido, “de longe”, com mais “propostas” e “ideias” apresentadas no parlamento açoriano ou em outras iniciativas de âmbito público e político.

O presidente do PSD/Açores voltou ainda a reivindicar como vitórias do partido a baixa de impostos no arquipélago este ano e a liberalização das ligações aéreas para os Açores, a partir do final deste mês, que conduziram a uma diminuição dos preços dos voos. “Trabalhámos e não desistimos, mesmo quando quase todos diziam que não seria possível”, afirmou Duarte Freitas, que voltou a acusar o Governo Regional de estar a adiar o mais possível a descida de impostos, permitida desde o início do ano, mas ainda não em vigor.

As críticas ao Governo Regional, sobretudo ao presidente do executivo açoriano, Vasco Cordeiro, ocuparam boa parte do discurso de Duarte Freitas perante o congresso, que o vai legitimar como presidente do PSD/Açores por mais dois anos e como candidato social-democrata a presidir ao Governo das ilhas nas eleições de 2016.

“As assimetrias são cada vez mais evidentes, assim como é cada vez mais evidente a impreparação e a irresponsabilidade do Governo Regional”, afirmou.

Duarte Freitas apontou diversos exemplos dessa “impreparação”, “irresponsabilidade” e “incompetência”, entre eles “o caos que se verifica nos transportes marítimos”, garantindo que o PSD não vai permitir que o Governo Regional “consiga amordaçar a verdade como tem tentado fazer” nesta matéria, numa referência a uma comissão de inquérito constituída no parlamento regional que ainda não começou a trabalhar.

“Alguém tem de explicar o desnorte a que temos assistido. É hora de assumir responsabilidades”, disse Duarte Freitas, que lembrou que Vasco Cordeiro foi secretário regional da Economia antes de ser presidente do Governo açoriano e foi ele quem “mandou construir os barcos e os portos”.

Também na SATA “reina o caos” e também aqui há “o envolvimento directo” de Vasco Cordeiro, acrescentou Duarte Freitas, que venceu que a transportadora aérea estava sob sua tutela directa quando “começou a gerar a imensa dívida” que tem hoje, enfrentando “o colapso operacional”.

“Como é que agora podemos acreditar que quem



criou este conjunto de problemas é quem vai agora encontrar uma solução? Acho que ninguém acredita”, afirmou.

Renegociação das parcerias público-privadas e reforma do sistema político autonómico

Os ex-presidentes do PSD/Açores Mota Amaral, Berta Cabral e Costa Neves elogiaram o discurso de Duarte Freitas, na sessão de abertura do congresso regional e disseram que o partido tem as condições para voltar a governar o arquipélago. “Foi um discurso excelente e mostrando que está com grande entusiasmo para levar por diante o seu projecto de mudança”, afirmou Mota Amaral, antigo presidente do Governo Regional dos Açores, à margem da sessão de abertura do Congresso.

Mota Amaral frisou ainda que o líder social-democrata açoriano, Duarte Freitas, conta com “a mobilização de todo o partido”.

Também Berta Cabral elogiou o discurso de Duarte Freitas, acrescentando que o partido tem “todas as condições para vencer as eleições regionais de 2016”. “Também devo dizer pela primeira vez nós temos que romper com este mito e temos de apoiar abertamente um líder das ilhas de coesão, isto é que vai trazer a coesão aos Açores”, frisou Berta Cabral, secretária de Estado da Defesa Nacional, numa referência à ilha de onde é originário Duarte Freitas (Pico).

No seu entender, o PSD/Açores “tem todas as condições para vencer as eleições legislativas regionais de 2016”, alegando que o executivo regional socialista “já demonstra um grande desgaste” e “está já a governar por inércia”.

“Custa-me, como açoriana, verificar que a Região Autónoma dos Açores, neste momento, está mesmo na cauda do nosso país e está na cauda da Europa. Já conseguimos, a nível nacional, inverter todos os indicadores, mas infelizmente aqui nos Açores ainda temos uma situação muito complicada, com o desemprego elevadíssimo e com as empresas ainda em grande dificuldade económica e os empresários muito desanimados. Temos de dar a volta a isto, tem de ser. É esta a altura”, afirmou.

Também Costa Neves considerou também que o Governo Regional do PS “está esgotado”, salientando o discurso de Duarte Freitas, “uma intervenção não só de mudança, mas sobretudo de alternativa”.

“Ponhamos todos a mão na consciência, não há governos bons com 20 anos e esta é mais uma oportunidade para fazer esta mudança olhando para a situação como está e para as nossas propostas. Acho que este é o tempo”, afirmou o ex-ministro da Agricultura e actual deputado na Assembleia da República.

O PSD/Açores reuniu-se nos dias 20, 21 e 22 de Março em Congresso, na Ribeira Grande, ilha de São Miguel, legitimando Duarte Freitas como presidente do partido por mais dois anos e como candidato à presidência do Governo Regional nas eleições de 2016. O XXI Congresso do PSD/Açores arrancou ao final da tarde de sexta-feira. Duarte Freitas foi reeleito para o cargo de presidente do PSD/Açores em eleições directas realizadas a 24 de Fevereiro. Este será o segundo mandato de Duarte Freitas à frente do PSD/Açores, que se apresentou às directas com a moção “Somos Açores”, em que diz ter um “projecto de coesão social” para, em dez anos, tirar o arquipélago “dos últimos lugares” dos ‘rankings’ nacionais e europeus da pobreza e educação.

Duarte Freitas propõe também a renegociação das parcerias público-privadas (PPP) e uma reforma do sistema político autonómico, que passa pela redução do número de deputados no parlamento regional e de cargos políticos na administração açoriana, pela extinção dos cargos de delegados de ilha das secretarias regionais e pela diminuição dos lugares de confiança política nas empresas públicas.

O líder do PSD nos Açores defende também o reforço da “legitimidade democrática” dos conselhos de ilha e a criação de um Conselho de Concertação Territorial e de um Conselho Económico e Social autónomo, com



um presidente eleito por dois terços dos deputados do parlamento dos Açores.

Duarte Freitas quer também tornar independente da tutela política o serviço regional de estatística. Em entrevista à Lusa, na véspera das directas de Fevereiro, Duarte Freitas disse-se “convicto” de que vai ganhar as eleições regionais de 2016, depois de nos últimos dois anos se ter dedicado à “renovação, reestruturação e abertura do partido” e a um trabalho de “proximidade”

com os açorianos.

Durante o congresso do PSD/Açores, foram ainda debatidas e apresentadas 14 “propostas temáticas” de estruturas sociais-democratas, deputados, eurodeputados ou militantes do partido e que abordam temas diversos, tais como o emprego, a educação, as relações com as comunidades de emigrantes, o turismo, a coesão social, a agricultura e as pescas.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

FRANCISCO SÁ CARNEIRO: UM HOMEM, UM PORTUGUÊS, UM SOCIAL-DEMOCRATA

A morte brutal de Francisco Sá Carneiro, há cinco anos, foi para o Povo Português uma perda irreparável — uma autêntica tragédia nacional. Aquele que ficará, sem dúvida, na história da Democracia portuguesa, como o mais lúcido líder partidário, homem político e estadista revelado depois do 25 de Abril, mas já antes afirmado pela sua coragem inconformista, passou como um meteoro pelas responsabilidades do poder. Isso foi porém o suficiente para mostrar, enquanto governante, que a coerência da vontade política, aliada à competência, permite levar à prática um programa de reformas patriótico e moderno. Daí a adesão dos Portugueses à sua acção, assim como o rasto de saudade que deixou atrás de si.

Para nós, sociais-democratas, Sá Carneiro é antes de mais o fundador do Partido Popular Democrático, depois Partido Social Democrata — o P.P.D./P.S.D. — que é hoje o maior partido português, tanto no plano nacional como local, depois das batalhas difíceis e exaltantes por ele dirigidas na companhia de militantes experimentados, sobretudo nas fases de ameaça para a Democracia, no Verão quente de 1975 e no período que antecedeu a vitória da Aliança Democrática, em que foi ao mesmo tempo um símbolo de resistência e de esperança. Unidos à volta de Sá Carneiro, vencendo dificuldades internas e externas, os sociais-democratas souberam sempre, nas grandes encruzilhadas da vida política nacional, encontrar uma saída correcta para as crises e um caminho seguro e justo de progresso.

Assim sucedeu recentemente com a vitória do Prof. Cavaco Silva, primeiro no Congresso da Figueira da Foz e depois nas eleições legislativas, levando um antigo e prestigiado colaborador de Sá Carneiro à governação e abrindo novas perspectivas à superação das dificuldades do presente. No momento em que se aproxima a concretização da adesão às Comunidades Europeias, de que Sá Carneiro foi um dos pioneiros, o P.S.D., liderado pelo Prof. Cavaco Silva, é o ponto de referência da vida política nacional, sendo sob a égide da Social-Democracia que o nosso País reintegra a sua vocação europeia, mantendo a sua vocação universalista, ao lado dos países de expressão portuguesa.

Mas foi a dimensão patriótica de Sá Carneiro, o seu enraizamento de Homem Português, desde o Porto e o Norte de origem até ao todo nacional, desde as regiões continentais às insulares, que esteve na base deste grande partido que é o P.S.D. — o mais português de todos os partidos portugueses. Ao teorizar e ao bater-se *Por uma Social-Democracia Portuguesa* — título de um livro seu, que teve a honra de prefaciar a seu pedido —, Sá Carneiro mostrou que a via apropriada à solução dos grandes problemas nacionais era o reformismo social-democrata, tendo em conta as nossas tradições históricas, a nossa especificidade cultural, as nossas condições económicas e sociais. Para conciliar a liberdade e a justiça, a iniciativa e a solidariedade, a descentralização e o reforço do Estado democrático, Sá Carneiro assumiu sempre uma linha política rigorosa e equilibrada, pragmática e realista, sabendo adaptar a actuação táctica aos seus objectivos estratégicos, com inteligência, imaginação e criatividade.

O exemplo de Sá Carneiro continua vivo para todos os sociais-democratas. Exemplo de Homem, de cidadão português, de social-democrata. Um homem pleno, de personalidade irradiante, reflexivo e sensível, activo e impulsor do outro, dos outros. Um cidadão livre, íntegro, sabendo conciliar a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Um social-democrata militante, com extraordinária capacidade como dirigente e como líder, capaz de arrastar atrás de si multidões, sempre atento a todos os companheiros, dos mais simples aos mais destacados.

Comemorando a data da morte de Sá Carneiro, com um sentimento profundo de tristeza pela sua ausência, os sociais-democratas mostrar-se-ão dignos da sua memória, unindo-se nos grandes objectivos do partido, em torno do Prof. Cavaco Silva, para levar a cabo as tarefas da governação, do parlamento, da vida local e, agora, das eleições autárquicas que se aproximam. É trabalhando, militando, construindo no dia a dia o futuro, que levaremos aos Portugueses a mensagem de Francisco Sá Carneiro: servir o País e a Democracia, através da Social-Democracia, como via para a realização do Homem e antes de mais do Homem Português.

J.A.S.

CAVACO SILVA NO ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS SOCIAL DEMOCRATAS

NÍVEL DE VIDA DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS VAI MELHORAR EM 1986

PÁGINA 2

De Sá Carneiro a Cavaco Silva

UM DEPOIMENTO DO PRIMEIRO- -MINISTRO



«É esta a razão de ser deste livro. Mostrar que no Governo do Dr. Sá Carneiro houve, de facto, uma política económica no sentido correcto do termo e coerente nas suas várias componentes e recordar as linhas fundamentais dessa política, através de um conjunto de discursos, artigos e outras intervenções sobre a política económica de 1980 que produziu enquanto ministro das Finanças e do Plano, ou posteriormente, a que se juntam alguns documentos também úteis para o mesmo efeito. Fica assim facilitado o caminho dos estudiosos ou simples interessados em abordar o tema com seriedade».

(Prefácio de Cavaco Silva ao seu livro «A Política Económica do Governo de Sá Carneiro» — 1981).

EMPENHO NA CANDIDATURA DE FREITAS DO AMARAL

Em face do aparecimento de novas candidaturas à Presidência da República, a Comissão Política Nacional do PSD entende reafirmar o seu empenhado apoio à candidatura do Prof. Freitas do Amaral, candidatura que considera nacional, independente, dirigida a todos os Portugueses, e que, saindo vitoriosa como se espera, será mais um contributo da caminhada de progresso, desenvolvimento, justiça social que encetámos.

Entende ainda a CPN do PSD congratular-se com a adesão que, por todo o País, as estruturas distritais do Partido estão a dar à candidatura do Prof. Freitas do Amaral, exortando todos os seus militantes e simpatizantes a uma colaboração estreita com os órgãos nacionais e locais do PSD, no sentido de fazer da candidatura do Prof. Freitas do Amaral desde a primeira volta uma candidatura vitoriosa.

Lisboa, 26 de Novembro de 1985.

**CARDOSO E CUNHA
AO «POVO LIVRE»:
O futuro de Portugal
passa pelo êxito
da integração
europeia**

PÁGINA 10



O Banco de Fomento

Jaime Quesado (*)

O Banco de Fomento, que se encontra em fase de instalação, representa um grande desafio para a dinamização económica em Portugal. No contexto da actual situação económica e no meio da crise financeira internacional, continua a ser evidente no nosso país a falta de um Modelo de Desenvolvimento que seja partilhado sob a forma de Contrato Estratégico entre o Estado e a Sociedade Civil. Os actores económicos e sociais (Municípios, Empresas, Universidades, Centros de Inovação) preocupam-se unicamente com a sobrevivência conjuntural e com isso têm desperdiçado a oportunidade única de fazer do QREN uma aposta sustentada para o futuro do país. Por isso, com o “Banco de Fomento” a dinamização da actividade económica será um desafio central para o equilíbrio da sociedade portuguesa.

O Banco de Fomento foi concebido como um instrumento inovador para dar resposta às novas exigências que a competição da economia global e os novos fenómenos sociais exigem ao nosso país. O balanço de 20 anos de Fundos Comunitários em Portugal, recentemente cumpridos, é muito claro: aposta sustentada na melhoria das infra-estruturas do país, numa lógica não raras vezes pouco coordenada e monitorizada (veja-se a proliferação desnecessária de parques industriais e pavilhões desportivos municipais), falhas sucessivas nas acções de formação empreendidas ao longo das três intervenções levadas a efeito, resultados muito frágeis nas áreas essenciais da inovação, conhecimento e competitividade. Ou seja. Vinte anos depois Portugal é um país de auto-estradas com menos coesão territorial e crescentes desigualdades sociais numa Europa em grande indefinição de identidade.

O Banco de Fomento não pode ser interpretado pelos actores nacionais como mais um instrumento financeiro utilizável para dar cobertura a uma crescente falta de financiamento nos circuitos tradicionais. Em tempo de crise financeira, impõe-se mais do que nunca um verdadeiro “choque operacional” que conduza a mudanças claras e necessárias: desactivação das actividades empresariais sem valor, aposta maciça numa formação/educação que produza quadros reconhecidos pelo mercado, fixação de investimentos e talentos nas regiões mais desfavorecidas, criação de um contexto competitivo moderno voltado para a criatividade das pessoas e a qualidade de vida das cidades. O Banco de Fomento dispõe dos instrumentos financeiros que poderão ajudar a alavancar toda esta Agenda de Mudança que queremos para o nosso país.

É por isso que a aposta num processo de desenvolvimento através do “Banco de Fomento” pode vir a recentrar a aposta em novas variáveis estratégicas. Um sinal de aposta nas políticas do conhecimento, centradas em territórios inteligentes e apostas na dinamização de verdadeiros “trabalhadores criativos”. Ideias muito simples e claras e para as quais mais não é necessário do que um pacto de “cumplicidade estratégica” e “convergência operacional” entre todos os que têm responsabilidades – actores públicos, empresas, Universidades e Centros de Saber. O Banco de Fomento não pode ser interpretado como um mero instrumento conjuntural de resposta a uma crise estrutural mas antes como uma aposta estrutural capaz de alterar a conjuntura no futuro.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Vale a pena colocar Portugal acima de tudo!

Rosa Arezes (*)

Nos últimos anos, o País e os Portugueses viveram uma situação histórica que marcou fortemente as grandes tomadas de decisão deste Governo e, de forma indelével, a vida de todos nós.

Pela terceira vez, o Partido Social Democrata foi chamado a assumir uma posição patriótica de liderar a implementação de um Programa de Assistência Económica e Financeira que o Partido Socialista negociou, num momento em que não havia dinheiro para pagar salários, nem para pagar pensões.

Mais uma vez, este Governo e os Portugueses souberam estar à altura do desafio. Apesar do incómodo manifestado por algumas forças políticas, o Programa foi concluído na data prevista, com sucesso, e sem recurso a qualquer programa cautelar.

Pedro Passos Coelho foi o “Homem do Leme” que, com determinação, coragem, persistência, conseguiu levar o barco a bom porto. Evocando Luís de Camões, diria mesmo que Passos Coelho, à semelhança de Vasco da Gama, tem sido o nosso Herói Individual e o Povo Português continua a revelar-se o grande Herói Coletivo deste feito notável, já considerado um autêntico milagre.

É verdade que as medidas tomadas foram muito dolorosas e impopulares. Não foi fácil para todos nós que sofremos as consequências, tal como não foi fácil para quem governou tomar tais medidas e aguentar múltiplas pressões. Mas o caminho era muito estreito!

Tenho bem a noção do que tem sido esta travessia histórica e das exigências colocadas. Não consigo, por isso, deixar de me indignar com a demagogia e o populismo que já por aí se apregoam, em ambiente de pré-campanha eleitoral.

Diz o líder do Partido Socialista que, se for eleito, a prioridade é “erradicar a pobreza infanto-juvenil”. Assim mesmo, tal e qual! O mesmo é dizer que se propõe acabar praticamente com a pobreza em Portugal, porque as crianças e os jovens pobres só são pobres porque as suas famílias são pobres.

Todos gostaríamos de concretizar este sonho utópico, mas todos sabemos que a conversa de António Costa não passa de retórica de circunstância usada com fins meramente eleitorais, na esperança de conseguir conquistar a simpatia daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Bom seria que, antes de falar, olhasse para a França e para a situação económica e social do País do socialista Hollande, eleito a prometer uma coisa e agora a fazer outra muito diferente. Tal como seria muito bom que curasse a amnésia que paira no Rato e se recordasse do nome e do rosto dos responsáveis pelo abismo em que o Governo de então deixou Portugal em 2011.

Enfim, o líder do maior partido da oposição ou nos apresenta generalidades com que, em teoria, todos concordamos, ou opta por medidas utópicas que jamais serão realizáveis e que, por isso, não passam de demagogia barata, ou então acena com opções que representariam um aumento brutal da despesa pública, sem nunca dizer onde irá buscar o dinheiro.

Neste momento histórico, não podemos deitar tudo a perder. Não resisto a subscrever José Gomes Ferreira quando afirma que os resultados conseguidos “do ponto de vista dos sacrifícios valeram a pena. Agora é preciso assegurar este percurso”.

Ao longo dos tempos, os Portugueses deram provas de ser um Povo sábio e destemido... É esta a matriz da Alma Lusitana. E assim vai continuar a ser: na hora do trabalho e na hora das decisões!

(*) Deputada do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Estremoz, para reunir no próximo dia 10 de Abril de 2015, (sexta-feira) pelas 20h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Plano de Actividades da CPC
- 3 - Análise situação política

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da secção de Guimarães, para reunir no próximo dia 02 de Abril de 2015 (quinta-feira) pelas 21h30, na sede sita ao Largo do Toural, - Guimarães, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Aprovação das contas de 2014.
- 2 - Análise da situação política.

NÚCLEO DA BENEDITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Benedita, para reunir no próximo dia 24 de Abril, de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede do Núcleo, sita na Rua da Serradinha, nº 26, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

NÚCLEO DE CARCAVELOS / PAREDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Carcavelos-Parede, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 01 de Abril de 2015, (quarta-feira) pelas 21h30, na sede de Carcavelos-Parede, sita na Rua Jogo da Bola, Lote 1-A, cave,- Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política"

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 30 de Março de 2015 (segunda-feira) pelas 21h00 no Auditório da Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo (SIMPS), sita no Parque Manuel Pereira Coentro, Nº 36 - Porto Salvo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, discussão e votação do relatório de actividades e contas do ano de 2014
- 2 - Análise da situação política.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel, para reunir no próximo dia 11 de Abril de 2015, (sábado) pelas 17h00, no Auditório Municipal do Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel, sito na Rua D. António Ferreira Gomes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Discussão e votação da proposta de relatório de contas do ano de 2014
- 2 - Análise situação política

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra, para reunir no próximo dia 09 de Abril de 2015 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na rua Mário Costa Ferreira Lima nº 7,- Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da actual situação política;
- 3 - Discussão da proposta de criação de Núcleos na Concelhia de Sintra.



BRAGA

Devido à incompatibilidade de horários com o plenário Concelhio do PSD de Braga a realizar no dia 27 de Março, venho por este meio cancelar o plenário Concelhio da JSD de Braga convocado anteriormente para a mesma data.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Mafra, para reunirem no dia 24 de Abril de 2015, pelas 21horas, na sede da JSD Mafra, sita no Terreiro D. João V, número 61, 2 andar, em Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da mesa do Plenário concelhio.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 21horas e as 23horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Gondomar, para reunirem no dia 30 de Abril de 2015, pelas 21h00m, na Sede do PSD Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, em Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD Gondomar.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23h00m.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Regional ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CONSELHO DISTRITAL JSD SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis convoco o Conselho Distrital da JSD Distrital de Santarém para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2014 no Auditório da Biblioteca Municipal de Rio Maior sita Rua Dr. Fernando Sequeira Aguiar, 2040-130 Rio Maior, pelas 15h30m, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política;
3. Apresentação e Discussão da Estratégia da JSD Distrital de Santarém para as Legislativas 2015.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os Plenários concelhios da JSD Castelo Branco para reunir nas datas, locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição de Delegados Regionais ao Congresso Distrital da JSD de 1 de Maio.

CONCELHIA	DIA	HORAS	LOCAL DA ELEIÇÃO
CASTELO BRANCO	26 de Abril de 2015 (Sábado)	Das 18 H 00 Às 19 H 00	RUA DO PINA, Nº 6
COVILHÃ	26 de Abril de 2015 (Sábado)	Das 18 H 00 Às 19 H 00	RUA VISCONDE DA CORISCADA, 26.
FUNDÃO	26 de Abril de 2015 (Sábado)	Das 18 H 00 Às 19 H 00	BAIRRO DO ESPIRITO SANTO, RUA DOS RESTAURADORES, LOTE 10 R/C
OLEIROS	26 de Abril de 2015 (Sábado)	Das 18 H 00 Às 19 H 00	RUA CABO DA DEVESA, Nº. 3 C.
PENAMACOR	26 de Abril de 2015 (Sábado)	Das 18 H 00 Às 19 H 00	RUA DO PINA, Nº 6. 6000-194 CASTELO BRANCO
PROENÇA-A-NOVA	26 de Abril de 2015 (Sábado)	Das 18 H 00 Às 19 H 00	RUA COMENDADOR ASSIS RODA, R/C - LOJA 53
SERTÃ	26 de Abril de 2015 (Sábado)	Das 18 H 00 Às 19 H 00	RUA DOS PINHEIROS, 77 - 1 DTO
VILA DE REI	26 de Abril de 2015 (Sábado)	Das 18 H 00 Às 20 H 00	RUA DR. EDUARDO DE CASTRO, 6. 6110 - 218 VILA DE REI

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do dia 11 de Abril de 2015. A entrega das listas no local supra referido.

REGULAMENTO DO CONGRESSO DISTRITAL DA JSD DE CASTELO BRANCO

Capítulo 1 | do Presente Regulamento

Artº 1

(Objecto)

O presente regulamento visa dar cumprimento ao disposto na alínea f) do Artº 61 dos Estatutos Nacionais da JSD, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital da JSD de Castelo Branco.

Artº 2

(Definição)

O congresso distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

Capítulo 2 | do Congresso Distrital e seus Membros

Artº 3

(Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- A eleição da Mesa do Congresso Distrital/Mesa do Conselho Distrital, bem como da Comissão Política Distrital;
- A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artº 4

(Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso distrital, com direito a voto

- O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;
- Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b) do Artº 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Concelhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;
- Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do Art.º seguinte.

2 - São ainda membros do Congresso Distrital, ainda que sem direito de voto:

- A Mesa do Conselho distrital, que será também a Mesa do Congresso distrital;
- Os restantes membros da Comissão Política Distrital;
- Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k), l) do Artº 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Concelhos Distritais.

3 - A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4 - Competirá à Mesa do Congresso Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artº 5

(Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto na alínea c) do n.º 1 do Art.º 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Concelhos Distritais (ou em alternativa: na alínea a) do n.º 2 do Art.º 59º dos Estatutos Nacionais da JSD), no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

a) As eleições dos Delegados são marcadas pelo Conselho Distrital e convocados pelo seu Presidente e presididas pelas Mesas dos Plenários Concelhios e regem-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral da JSD;

pela Mesa do Conselho distrital e convocados pelo seu Presidente;

b) Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;

c) Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Congresso Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.

d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.

e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artº 6

(Substituições)

1. Os delegados ao Congresso referidos na alínea c) do nº 1 do artigo 4º do presente regulamento podem ser substituídos pelo primeiro candidato não eleito da lista em que foi eleito, ou no caso de inexistência ou impossibilidade deste, pelos suplentes da mesma lista de acordo com a respectiva ordem.

2. As substituições seguem os mesmos trâmites das inscrições e são efectuadas durante o prazo previsto para estas.

3. Os restantes delegados ao Congresso referidos no n.º 1 do artigo 4.º podem ser

substituídos por membros da lista do órgão a que pertencem desde que o façam no prazo previsto para a inscrição.

Artº 7

(Acumulação)

1. Os militantes que forem delegados ao Congresso a mais de um título devem optar pela condição em que participam no congresso no início do mesmo.

2. A opção prevista no número anterior é definitiva.

Artº 8

(Redistribuição de Delegados em Falta)

1. Consideram-se delegados em falta aqueles cuja Acta de Eleição não houver sido recebida pela Mesa do Congresso Distrital,, até ao limite dos respectivos prazos previstos no cronograma que consta do Anexo I ao presente Regulamento.

2. Findo o prazo para entrega das Actas das Eleições, a Mesa do Congresso Distrital, deverá redistribuir os delegados em falta, seguindo o método de rateio previsto neste Regulamento.

3. Nas Concelhias que receberem Delegado redistribuído, será Delegado o membro efectivo ou suplente da lista que teria sido eleito caso a eleição e respectivo apuramento houvessem sido realizados originariamente com o número total de Delegados após a redistribuição.

4. A redistribuição dos delegados prevista neste artigo será publicada na página de facebook da JSD Distrital de Castelo Branco e enviada por e-mail para a base de dados de militantes até 3 dias após o prazo para entrega das Actas das Eleições ou para realização da Inscrição dos Delegados.

Artº 9

(Delegação de Poderes)

1. Os Delegados representantes de concelhias não podem delegar os seus poderes.

2. Os restantes delegados com direito a voto previstos no n.º1 do artigo 4º podem delegar os seus poderes de acordo com o previsto nos estatutos nacionais da JSD.

Artº 10

(Direitos dos Delegados)

Constituem direitos dos Delegados do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta.

Artº 11

(Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Delegados:

- Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.
- Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artº 12

(Participantes e Observadores)

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do distrito.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

Capítulo 3 | dos trabalhos

Art 13º

(Local e Data)

O Congresso Distrital de Castelo Branco da JSD reunirá no próximo dia 01 de Maio de 2015, em Oleiros no auditório da Casa da Cultura de Oleiros, com início às 14h00m e o Conselho Distrital delega os seus preparativos na Comissão Política Concelhia.

Artº 14º

(Quorum)

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presen-

tes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

Artº 15

(Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artº 16

(Ordem de trabalhos)

- Abertura e Boas vindas;
- Apreciação do mandato distrital – 2014/2015;
- Apresentação e discussão das moções sectoriais;
- Apresentação das Moções de Estratégia Global e candidaturas;
- Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários;
- Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2015/2017 e aprovação da moção de Estratégia Global;
- Publicitação, após apuramento, dos resultados;
- Tomada de posse
- Sessão de encerramento;

Artº 17º

(Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Delegados para os seguintes efeitos:

- a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
- e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- f) Apresentar requerimentos, protestos, contrapropostas e formular votos;
- g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
- i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.
- j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artº 18

(Competências do Presidente da Mesa)

Compete à Presidente da Mesa:

- a) Presidir ao Congresso distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
- d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artº 19º

(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir a Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artº 20º

(Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos Delegados ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e) Servir de escrutinador;
- f) Elaborar as actas.

Capítulo 4 | das moções e Candidaturas

Artº 21º

(Moções de Estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções

3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade

4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artº 22º

(Moções Sectoriais)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer delegado do Congresso Distrital, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artº 23º

(Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artº 24º

(Candidaturas aos órgãos distritais)

As Listas devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso distrital ou a quem esta delegar e a possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Distrital da JSD, na sede do PSD Distrital de Castelo Branco, sita na Rua do Pina, 6, 6000 - 194 CASTELO BRANCO.

Artigo 25º

(Distinções Honorárias Distritais)

1. O Congresso Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da Região, e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes regionais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da Região, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Congresso Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens da respectiva Região, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

Capítulo 5 | das disposições finais

Artº 26º

(Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artº 27º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação e respectiva publicação em Povo Livre.

Aprovado pelo Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, no dia 14 de Março de 2015

ANEXO I

CRONOGRAMA

Conselho Distrital da JSD/Castelo Branco 14 de Março de 2015

Envio das convocatórias para a eleição de delegados ao Congresso Distrital 24 de Março de 2015,

Publicação em Povo Livre da convocatória para a eleição de delegados ao Congresso Distrital 25 de Março de 2015

Prazo para a CEI comunicar à mesa do Conselho Distrital o número de militantes de cada concelhia 31 de Março de 2015

Prazo para a mesa Conselho Distrital enviar o rateio de delegados 02 de Abril de 2015

Prazo limite para entrega das listas candidatas à eleição de delegados 11 de Abril de 2015

Eleição de delegados concelhios 25 de Abril de 2015

Prazo para envio das actas eleitorais 27 de Abril de 2015

Prazo para envio das moções sectoriais e das propostas de militantes honorários 27 de Abril de 2015

Divulgação do rateio dos delegados redistribuídos 28 de Abril de 2015

Prazo para entrega das Moções de Estratégia Global e candidaturas aos órgãos distritais 29 de Abril de 2015

Congresso Distrital 01 de Maio de 2015



**PSD – TORRES NOVAS
40 ANOS
1974-2014**

“COMEMORAÇÃO DE UM PARTIDO QUE MUITO DEU A TORRES NOVAS”

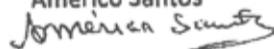
O PSD – Torres Novas foi fundado em 1974.
Passados estes 40 anos cheios de História e histórias, pensámos em reunir o maior número de registos e memórias, para que este caminho por vezes difícil em que os Homens andaram, não se apague no tempo.

CONVITE

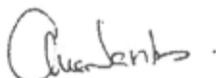
Temos muito gosto em convidá-lo/a para a festa de **inauguração** da **SALA DA MEMÓRIA** do PPD /PSD - reconhecimento do Partido a quantos neie e por ele se empenharam - que se realiza no próximo dia **18 de Abril de 2015** na sede, com o seguinte programa:

- 15H00** - Abertura da **SALA DA MEMÓRIA** com boas vindas
- 15H15** -Momento solene de evocação da memória
- 15h45** - Abertura ao testemunho dos fundadores
- 16H15** - Entrega de Diplomas aos fundadores ou seus familiares
- 16H45** - Porto de honra
- 17H00** - Encerramento

A Comissão da Sala de Memória

Américo Santos


Ana Santos



Carlos Ventura



José Barrela


Paulo Santos

